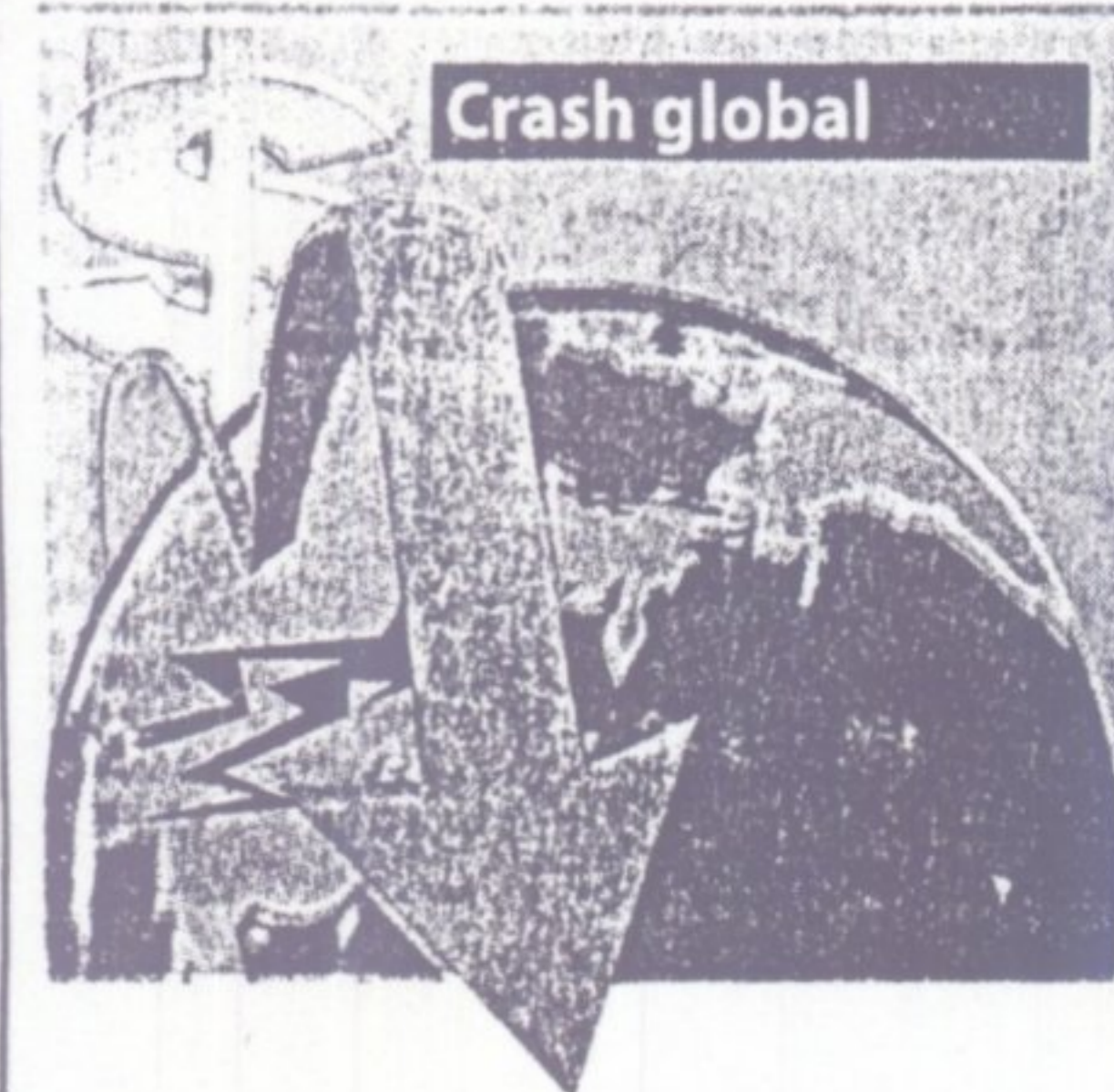


| | | | |
|----------|---------|---------|-------|
| Retranca | Redator | Cliente | Lauda |
| Corpo | Tipo | Medida | |

FOLHA DE S. PAULO

"DINHEIRO"
SÃO PAULO - SP
29.10.97

01
02



Crash global

"Foi uma reação aos acontecimentos que se produziram nos mercados asiáticos"

Theo Waigel, ministro da Fazenda da Alemanha, sobre a queda na Bolsa de Frankfurt; ele também disse, ontem, que o crash global não ameaça a economia europeia

A Bolsa de Frankfurt caiu

8,04

por cento no pregão de ontem; foi a maior queda entre as principais Bolsas de Valores da Europa

"(Os investidores) devem reagir de modo equilibrado diante da situação criada nos mercados financeiros internacionais"

Carlo Azeglio Ciampi, ministro do Tesouro da Itália, tentando tranquilizar os investidores após a queda da Bolsa de Milão

Em Milão, foi de

6,03

por cento a queda da Bolsa de Valores, ontem; foi a maior baixa registrada na sua história

PRIVATIZAÇÕES Mendonça de Barros diz que cronograma de leilões não vai mudar e descarta volta de 'moedas podres'

Crise pode reduzir o ágio na venda de estatais, afirma presidente do BNDES

CHICO SANTOS
da Sucursal do Rio

Para o presidente do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), Luiz Carlos Mendonça de Barros, a crise das Bolsas poderá gerar uma redução dos ágios (valores acima do preço mínimo) das privatizações.

"Evidentemente, o valor dos ativos pode ter sofrido uma pequena redução. Como estávamos trabalhando com grandes ágios no passado, o que poderá haver é, eventualmente, uma redução, mas nós não vemos, pelo menos com as informações que temos hoje, nenhum problema para as privatizações", disse ontem.

Mendonça de Barros afirmou que, apesar dessa possibilidade, o governo não vai alterar o cronograma das privatizações, nem a decisão de receber todo o valor das vendas em moeda corrente.

A declaração foi feita ao comentar a proposta feita pelo economista e deputado federal Roberto Campos (PPB-RJ) de que o governo volte a aceitar as chamadas "moedas podres" nas privatizações para enfrentar uma carência de dinheiro no mercado por conta de uma retração dos investidores após a crise das Bolsas.

Para Campos, os investidores estrangeiros, por causa da crise, vão preferir aplicar dinheiro em títulos de renda fixa, prioritariamente dos EUA. Com isso, algumas privatizações ficarão mais difíceis, e o ágio vai cair.

"Vamos ter que ter um pouco mais de flexibilidade, talvez voltar a aceitar as chamadas 'moedas podres' nas vendas", disse Campos.

O parlamentar disse ainda que o setor de telecomunicações — que considerou "o mais sexy, o mais atraente" para os investidores internacionais — deveria ser o último a ter flexibilizado o pagamento de suas privatizações.

"Eu respeito muito o deputado Roberto Campos, mas a questão financeira não é exatamente o seu forte", disse o presidente do BNDES. Para ele, existem dois mercados de capitais no Brasil, um da compra de ações nas Bolsas e outro de negócios, expresso pela compra de empresas.

Pela análise de Mendonça de Barros, "só se houvesse uma crise mundial de desconfiança, um negócio muito mais sério do que, aparentemente, existe hoje, esse mercado da venda de negócios poderia ser afetado".

Mendonça de Barros condicionou até mesmo as alterações nos preços das empresas a serem privatizadas à reação que o mercado terá daqui por diante.

O presidente do BNDES disse também que o banco entrou comprando ações no mercado, por meio de sua subsidiária BNDESPar (BNDES Participações), mas não com o objetivo de levantar os índices das Bolsas.

Segundo ele, a BNDESPar é uma empresa que existe para investir em ações e comprou ontem ações da Petrobrás, Telebrás e outras porque considerou que os preços eram favoráveis. Ele disse que "seria uma infantilidade" achar que o BNDES poderia reverter uma tendência de crise global.

Bolha

Segundo Mendonça de Barros, o que está havendo é o rompimento de uma bolha de crescimento das Bolsas que vinha se acumulando por cerca de seis anos.

Para ele, esse rompimento gera uma "irracionalidade macroeconômica" que atinge a todos os mercados, como se fossem iguais.

Ele considera que a crise é asiática e não traz nenhum sintoma que justifique expectativas de crise para a economia brasileira.

O QUE ELES ACHAM



Neil Dougall, economista do banco londrino Kleinwort Benson

Para banco londrino, risco é falta de dinheiro e ágio menor

ANTONIO CARLOS SEIDL
da Reportagem Local

O risco de uma escassez de recursos para as próximas privatizações, resultando, por exemplo, em um ágio menor do que o esperado no leilão da CPFL (Companhia Paulista de Força e Luz), no dia 5 de novembro, é o efeito potencial do crash global no Brasil.

A avaliação é de Neil Dougall, economista do banco de investimentos Kleinwort Benson, de Londres, instituição que pertence ao grupo financeiro Dresdner, da Alemanha.

Falando à Folha de seu escritório na "City", o centro financeiro de Londres, Dougall, especialista na economia brasileira, qualificou de "desmedida" a reação dos investidores no Brasil, que provocou baixas recordes nas Bolsas do Rio e de São Paulo na segunda-feira.

A seguir, leia os principais trechos da entrevista.

Folha - A crise nas Bolsas de Valores asiáticas pode afetar o Plano Real?

Neil Dougall - Qualquer instabilidade nos mercados financeiros afeta decisões de investimentos. O grande problema para o Brasil é o impacto que a insegurança dos investidores pode ter no programa de privatização, tornando difíceis algumas das próximas vendas de estatais. Isso seria prejudicial para o Real.

Folha - Por quê?

Dougall - Porque o Brasil necessita de toda a receita possível com as privatizações para financiar os déficits comercial e em conta corrente. Isso seria o que de pior poderia acontecer para o Brasil como resultado da instabilidade asiática.

Folha - Qual é a probabilidade de que isso aconteça?

Dougall - Há um risco potencial, mas, na minha opinião, os mercados financeiros vão se estabilizar. A curto prazo, a crise asiática deve reduzir os ágios genero-

so que as privatizações brasileiras têm obtido recentemente.

Folha - Há como inverter essa tendência?

Dougall - Sim. A equipe econômica podia enviar sinais tranquilizadores para os investidores.

Folha - Como?

Dougall - Assegurando que o déficit comercial não vai sair fora do controle. Pode demonstrar que o governo está disposto a frear a economia para conter as importações, aumentando a taxa de juros, mesmo em ano eleitoral, e acelerando a desvalorização da taxa de câmbio, para estimular as exportações.

Folha - São medidas improváveis em um ano eleitoral.

Dougall - A equipe econômica poderia transformar em virtude uma necessidade, deixando claro que vale a pena pagar o preço da obtenção de estabilidade a longo prazo, aceitando, a curto prazo, um crescimento menor devido às condições de instabilidade externa.

Governo de SP não descarta adiar leilão de venda da CPFL

CLÁUDIA TREVISAN
da Reportagem Local

O secretário de Energia de São Paulo, David Zylbersztajn, disse ontem que o leilão da CPFL (Companhia Paulista de Força e Luz) está mantido para o dia 5 de novembro, mas não descartou o seu adiamento caso persista a turbulência no mercado de ações.

Alertou, porém, que essa possibilidade é remota: "Tem de haver argumentos muito fortes para o adiamento". Ele acrescentou que considera prudente aguardar até o final da semana para "ver como as coisas evoluem".

O leilão da CPFL será o primeiro teste do programa de privatizações depois do abalo das Bolsas em todo o mundo.

Alguns analistas ouvidos pela Folha acreditam que o governo deveria adiar o leilão caso a crise persista. "Se o mercado não sinalizar para uma alta consistente amanhã (hoje), acredito que seria conveniente um pequeno atraso", afirmou o economista-chefe do Lloyds Bank, Odair Abato.

"Se a quadro não mudar até sexta-feira, o leilão deveria ser cancelado", disse Rubens Cavallieri, diretor-adjunto da área de privatização do Citibank.

Preço

Na opinião de analistas do mercado, se a crise não for superada, a principal consequência sobre as privatizações será a queda no preço pago pelas estatais.

A redução do ágio seria provocada pela maior dificuldade de obtenção de financiamento no mercado externo pelos interessados nas privatizações. O efeito imediato seria a redução do preço que elas poderiam pagar.

Essa dificuldade de financiamento seria provocada por dois fatores conjugados: 1) redução da liquidez, ou do volume de recursos disponíveis no mercado internacional e 2) aumento do risco Brasil, com consequente elevação do custo de empréstimos destinados a investimentos no país.

"A tendência é a redução do preço em função da dificuldade de financiamento", afirmou Fábio Pinheiro, responsável pela área de fusões e aquisições do

Banco Pactual.

Paulo de Sá, diretor de renda variável do Lloyds Bank, concordou: "Se a crise nas Bolsas resultar em redução de liquidez, haverá queda no preço".

Isabel Bresser, analista do setor elétrico da Fator Corretora, acredita que pode haver redução do ágio médio no leilão da CPFL em relação à expectativa do mercado antes à crise. Mas espera que o ágio seja significativo.

Segundo ela, as empresas que realmente estão interessadas na CPFL estudam o negócio há meses e, provavelmente, já definiram formas de financiamento.

Zylbersztajn prefere apontar possível efeito positivo da crise sobre as privatizações: o aumento do interesse dos investidores. "Muita gente tirou dinheiro das Bolsas e está em busca de lugares seguros para colocar o dinheiro."

Uma das opções seria a privatização brasileira. Mas ele não nega que pode haver a dificuldade de financiamento apontada pelos analistas. "Não sei qual dos movimentos é mais significativo e duvido que alguém saiba."



O secretário de Energia de São Paulo, David Zylbersztajn

REPERCUSSÃO

Lincoln Jorge Marques, consultor do setor imobiliário — "O que mais me preocupa é a origem dos capitais que estão entrando no país. Se não for um capital firme, a queda da Bolsa pode gerar um refluxo de investimentos, que atingiria todos os setores da economia brasileira. Os recursos programados para entrar no país dependem da saúde financeira mundial. Mesmo que eles não entrem via Bolsa, podem ter sua continuidade interrompida com a quebra dos laços entre as moedas. Quanto ao Real, não acho que a queda da Bolsa vá influir no plano de estabilização."

Roberto Capuano, presidente do Creci (Conselho Regional de Corretores de Imóveis) — "Não

mercado de compra e venda de imóveis. Tradicionalmente, os investidores brasileiros da Bolsa e do mercado de imóveis têm perfis diferentes. Também não acho que a indústria imobiliária vá ser atingida, pois ela não busca recursos na Bolsa."

Hugo Sergio Nieri, presidente do Sindicato dos Corretores de Mercadorias Agrícolas — "A crise nas Bolsas não atingirá o setor de algodão imediatamente, mas no futuro. A atual falta de liquidez nesta entressafra já vinha acontecendo antes das crises nas Bolsas, mas haverá uma influência no futuro, quando entrar a safra que está sendo plantada agora. A desvalorização da moeda nos países asiáticos, como por exemplo no

necessários de algodão para o Brasil — tornará a competitividade inviável no mercado interno."

Ricardo Berzoini, presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo — "A grande dúvida é saber se tudo isso pode ter impacto sobre o câmbio. Isso ainda não ficou claro. De qualquer forma, essa situação de instabilidade demonstra que investimentos em produção podem render menos, mas são muito mais seguros."

José Augusto de Castro, diretor-técnico da AEB (Associação de Comércio Exterior do Brasil) — "O que preocupa é a queda no valor dos títulos da dívida brasileira. Isso mostrou desconfiança do mercado e pode dificultar a

Uma captação mais difícil aumentaria os custos da exportação brasileira, que já sofrem com o 'custo Brasil' e a defasagem cambial. Não vejo, no entanto, qualquer possibilidade de a crise obrigar o governo a alterar o câmbio. Qualquer medida demonstraria fraqueza do governo e poderia aumentar a desconfiança dos investidores."

Carlos Eduardo Uchôa Fagundes, vice-presidente da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) — "Essa instabilidade é mais um alerta da necessidade de o país fazer as reformas estruturais que o tornem mais competitivo. Sem essas reformas, o Brasil fica vulnerável. Por enquanto, nossas reservas

lhões, afastam o risco de ataques especulativos ao Real."

Adauto Pontes, vice-presidente da Abifa (Associação Brasileira da Indústria de Fundição) — "O Brasil tem salvo — conduzido de dois anos, o período em que durará o programa de privatizações. É o tempo de que dispõe para fazer as reformas estruturais. No médio prazo, o país vai continuar sendo uma boa opção de investimento. A América Latina é uma das poucas áreas do mundo com potencial de crescimento. A única preocupação é o desempenho da Argentina. Se ela sofrer um ataque especulativo, por causa dos resultados da eleição e da expectativa de mudanças em sua política, os efeitos podem se re-